

Implementação da Lei 10.639/03 na Prática Pedagógica da Educação Básica: estudo Mediatizado pela Base de Dados Scielo

Guilherme Bertolin Silva³⁸, Nájela Tavares Ujje³⁹.

Resumo: A lei 10.639/03 versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas de Educação Básica de todo o Brasil. No entanto, o que promulga a lei nem sempre se desdobra em ação educativa e prática pedagógica. O objetivo deste estudo consiste em investigar, a partir da base de dados Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online), os artigos e estudos realizados entre 2008 e 2022 tendo como foco a temática da implementação da lei 10.639/03 na prática pedagógica da Educação Básica, que compreende Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A abordagem metodológica é teórico-bibliográfica e documental. Pode-se considerar que, apesar do estabelecimento da lei há aproximadamente vinte anos, a produção científica desse campo ainda é incipiente e demanda engajamento para produção e disseminação de mais estudos e pesquisa, o que torna ainda mais pertinente a investigação pretendida a ser desenvolvida e apresentada neste artigo.

Palavras-chaves: Educação Básica, Lei 10639/03, Prática Pedagógica.

Implementation of Law 10.639/03 in Pedagogical Practice in Basic Education: Study Mediatized by the Scielo Database

Abstract: The law 10.639/03 deals with the mandatory teaching of Afro-Brazilian History and Culture in public schools of Basic Education throughout Brazil. However, what the law enacts does not always unfold in educational action and pedagogical practice. The aim of this study is to investigate the articles and studies published between 2008 and 2022 in the Scielo database (Online Scientific Electronic Library), which were carried out with the focus theme of the implementation of law 10.639/03 in the pedagogical practice of Basic Education, which comprises Early Childhood Education, Elementary Education and Secondary Education. The methodological approach is qualitative, with bibliographical and documentary analysis. It can be considered that despite the establishment of the law approximately twenty years ago, the scientific production of this field is still incipient and demands engagement for the production and dissemination of further studies and research, which makes this investigation even more pertinent, intended to be developed within the scope of our master's dissertation.

Keywords: Basic Education, Law 10639/03, Pedagogical Practice.

³⁸ Graduado em História. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação: Teoria e Prática (GEPE/UNESPAR). Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. E-mail: guilhermebertolin@hotmail.com

³⁹ Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Professora Adjunta do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação: Teoria e Prática (GEPE/UNESPAR) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Práxis Educativa Infantil (GEPPEI/UNICENTRO). E-mail: najelaujje@yahoo.com.br

Introdução

A formação do povo brasileiro foi construída e marcada por traços de conflitos singulares que ainda se mostram vivos no cotidiano de vários brasileiros. O primeiro grupo social e cultural que representa a formação do povo brasileiro existe neste território de dimensões continentais desde antes da chegada dos portugueses à América do Sul, em 1500, visto que o território era ocupado por diferentes grupos indígenas. O segundo grupo social e cultural é representado por portugueses e imigrantes europeus que, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, expandiu-se devido ao cultivo do café na região sudeste do país, o que aumentou a demanda por trabalhadores agrícolas. O terceiro grupo social e cultural sofreu migração involuntária. Advindos do continente africano em navios negreiros (atividade extremamente lucrativa) entre os séculos XVI e XIX, milhões de africanos desembarcaram no Brasil para serem comercializados como mercadorias e desenvolverem atividades no trabalho escravo (AZEVEDO, 1963).

A formação étnica e cultural do povo brasileiro ocorre por três matrizes: o branco, o negro e o indígena (HOLANDA, 1995). Mas o valor étnico e cultural não é o mesmo entre elas, nem conjuga respeito e equidade a cada uma das matrizes; existe hierarquia branca e subjugação. O povo brasileiro é marcado pela questão da diversidade, uma diversidade resiliente que luta por tolerância, respeito, igualdade e equidade de direitos.

Freyre (2003) inaugura em sua obra clássica *Casa Grande & Senzala* um debate positivo em relação à constituição do povo brasileiro, que rompe o “mito das três raças” de modo hierárquico pontuando as contribuições das três matrizes; ao mesmo tempo discute “o mito da democracia racial”, a qual disfarça a realidade, propõe miscigenação de branqueamento, preserva um racismo velado e enuncia o racismo como inexistente no território nacional brasileiro.

O Brasil é um país de avanços e retrocessos. Frente ao exposto, Santos e Ujiiie (2012), pontuam no campo das políticas educacionais que a promulgação da lei 10.639/2003, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no escopo da Educação Básica, é avanço significativo na compreensão e atenção a diversidade do povo brasileiro no âmbito educacional.

Gohn (1997) pondera que a conquista legal em relação ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica é parte integrante da luta do movimento social negro organizado, composto por homens e mulheres engajados, compromissados e

comprometidos, que fizeram seus anseios e representatividade, reverberar na seara legal e de direito.

Silva e Duarte (2018) afirmam a efetividade movimento social negro na luta em relação à adoção de medidas mais efetivas para a promoção da igualdade social no cenário brasileiro, pressão junto ao governo federal para tomada de iniciativas mais consistentes e avanço promissor com a promulgação da lei 10.639/2003 que demanda por implementação junto a dinâmica da Educação Básica.

Diante desse contexto, nosso estudo tem verticalidade em compreender a implantação da lei 10.639/03 na prática pedagógica da Educação Básica. Para tanto, prima por articular uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho exploratório junto à base de dados Scielo. Assim, tem sua estrutura proeminente ordenada em três momentos. O primeiro dá-se pela configuração metodológica do estudo, o segundo compreende a fundamentação teórica e a discussão analítica dos dados, e o terceiro as considerações evidenciadas pelo processo da pesquisa.

Caminho Metodológico

A pesquisa delineada possui caráter exploratório e constitui-se via enquadramento teórico-bibliográfico e análise documental. A pesquisa bibliográfica busca analisar e discutir fontes elaboradas e publicizadas, dentre elas livros, artigos, teses e dissertações. De acordo com Ujiie et al. (2016, p. 43) a pesquisa teórico-bibliográfica visa a constituir base referencial dos estudos, e pode colaborar para:

- Obter informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado;
- Conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados;
- Verificar as opiniões similares e diferentes a respeito do tema ou de aspectos relacionados ao tema ou ao problema de pesquisa.

O presente estudo busca compreender a implementação da lei 10.639/03 na prática pedagógica da Educação Básica, buscando o entendimento e a elucidação de um problema para o encaminhamento e desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Assim, toma por pauta a pesquisa documental no portal Scielo, que é um arquivo digital confiável, o qual aloca periódicos online com confiabilidade na comunidade acadêmica. O procedimento de coleta foi tangenciado pelo descritor “lei 10.639/03”. Na continuidade, a pauta de análise deu-se pela referência, título, autoria, resumo, localidade da pesquisa e localidade do periódico. Na seção a seguir explanaremos os pressupostos teóricos e elementos evidenciados via coleta de dados.

Implementação da Lei 10.639/03 na Prática Pedagógica da Educação Básica: resultados e Discussão

Observa-se que a implementação da lei 10.639/03 foi um processo histórico e amplamente discutido em várias áreas do conhecimento e regiões do Brasil. Entretanto, evidencia-se que após quase vinte anos de promulgação a lei tem uma implementação lenta. Percebemos ainda no contexto atual resistência para atender a demanda de obrigatoriedade em relação à História da África e Cultura Afro-brasileira. Santos e Ujiie (2012, p. 13) pontuam que:

O tema é polêmico e evitado por muitos educadores, talvez em decorrência da herança de um preconceito muito íntimo e negado. Alguns o entendem como sendo delicado demais para ser levado para dentro da sala de aula, o que por sua vez faz com que a seriedade do tema seja como muitas vezes vemos substituída por uma ideologia que prega a pacificação e vanglória, a diversidade cultural sob o pretexto de esconder a realidade.

A lei 10.639/2003 e a lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008) alteram o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que passa a dispor que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena[...]” (BRASIL, 2010, p. 24). Frente ao exposto vemos que a lei não insere a implementação desde a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil. O que estaria nesta decisão tangencial? A delicadeza do tema, a formação das professoras da Educação Infantil, ou de certa forma a descrença na capacidade das crianças da primeira infância para temáticas complexas? Nessas perguntas temos elementos para algumas reflexões e possíveis frentes investigativas.

Schleumer (2011), ao discorrer sobre a implementação dessa lei pondera que o ensino proposto deveria incluir o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na sociedade nacional, e o resgate da contribuição do povo negro na área social, cultural, econômica e política pertinente à história do Brasil. No entanto, a história do Brasil narrada pelos livros é forjada pelo colonizador (SCHLEUMER, 2011). Nessa esfera existe muito a ser pesquisado, uma vez que só é possível ensinar o que se conhece e sabe.

Segundo Ribeiro (1995, p. 202), “[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional”. A promulgação dessa lei que dialoga com a raça negra tem o

objetivo de fazer valer seus direitos e de que sejam reconhecidos na cultura nacional. Diante disso, o presente artigo possui ênfase exploratória relacionada ao âmbito educacional, partindo do pressuposto para a investigação do que foi produzido e está disponibilizado na base de dados eletrônica Scielo sobre a referida temática, em correlação com a Educação Básica, em especial a prática pedagógica.

Silva e Duarte (2018) evidenciam que a obrigatoriedade em si, não garante a eficácia de uma lei no âmbito educacional, e que para tanto, é salutar criar condições para sua implementação real, debater, discutir, estudar, formar, referendar a importância, promover conscientização, ensinar, educar para a equidade.

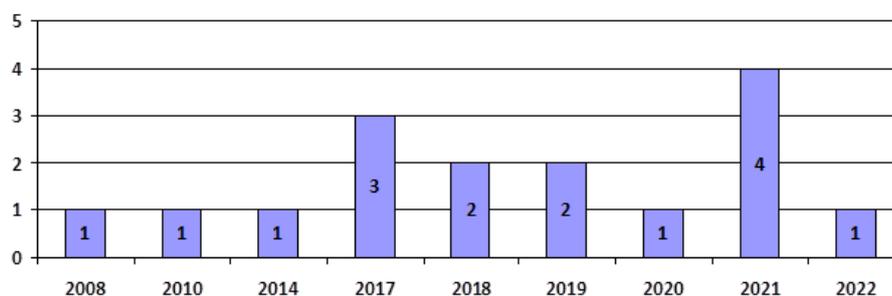
Apesar da grande significação da aplicação da lei 10.639/03 para a sociedade brasileira, ela por si só, na condição de política afirmativa em prol da valorização da cultura afro-brasileira, não é suficiente, pois historicamente o Brasil é contado com várias premissas envolvendo casos de racismo e preconceitos. Dessa forma, a aplicabilidade da lei, mesmo que lenta e gradual, promove debates acerca de questionamentos capazes de viabilizar a conscientização da sociedade, promovendo informações necessárias como caminho para reconhecer a importância da cultura afro-brasileira. Novak e Mendes (2021, p. 15) evidenciam que:

Embora de forma lenta e gradual e enfrentando forte resistência, essa obrigatoriedade acabou promovendo mudanças nas grades curriculares dos cursos de licenciatura e no ensino fundamental e médio, bem como nos livros didáticos, além da realização de cursos de formação continuada sobre a temática. Vale destacar, novamente, as ações iniciais e voluntárias de alguns professores das universidades, bem como das escolas da educação básica. Por outro lado, é de conhecimento que essas mudanças são lentas, enfrentam resistências no jogo das relações políticas [...]

Souza (2012) corrobora o debate ao pontuar, em seus estudos acerca da educação étnico-racial brasileira, que a inserção desta temática no âmbito da educação escolar e da sociedade mais ampla é uma boa forma de educar para a cidadania e de modo lento e gradual trilhar na busca da equidade negra no contexto brasileiro. Frente a esse cenário buscamos compreender a implementação da lei 10.639/03 mediatizados por análise documental e exploratória.

A varredura realizada no portal Scielo fez emergir 16 artigos científicos, situados no interstício de 2008 a 2022. São 14 anos, com média de 1,1 artigo por ano, cuja incidência e concentração podem ser observadas no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição anual dos artigos analisados, com verticalidade na lei 10.639/03 na prática pedagógica da Educação Básica



Fonte: organização dos autores, a partir da coleta de dados no 1º semestre de 2022.

Ao observar os dados explicitados no gráfico 1 percebemos que durante os anos de 2009, 2011, 2012, 2013, 2015 e 2016 não temos publicado nenhum artigo científico na base de dados Scielo afeita ao tema, sendo que no interstício 2008 a 2014 existem apenas três artigos publicados. Considerando que em 2013 comemoraram-se dez anos da promulgação da lei 10.639, vemos a demanda por ampliar investigações nesse escopo. A partir de 2017 vemos um aumento no número de artigos publicados com verticalidade na temática; no interstício de 2017 a 2022 registraram-se 13 publicações de artigos, tendo destaque os anos 2017 e 2021, respectivamente com três e quatro publicações.

Na tabela 1 a seguir os documentos levantados via coleta de dados são apresentados e na sequência discutiremos analiticamente.

Tabela 1 – Artigos selecionados para análise no interstício 2008-2022

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	PERIÓDICOS/ LOCAL
01	2008	Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639.	PEREIRA, Júnia Sales.	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.	Estudos Históricos/ Rio de Janeiro
02	2010	Cidadania e multiculturalismo: a Lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte.	NUNES, Érica Melanie Ribeiro.	Escola de Ciência da Informação - UFMG.	Perspectivas em Ciências da Informação/ Belo Horizonte- MG.

03	2014	Educação antirracista: tensões e desafios para o ensino de Sociologia.	OLIVEIRA, Luiz Fernandes de.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica/RJ.	Educação e Realidade/ Porto Alegre- RS.
04	2017	Abordagens do racismo em livros didáticos de História (2008-2011).	ROZA, Luciano Magela.	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina/MG	Educação e Realidade/ Porto Alegre- RS.
05	2017	Educação étnico-racial e formação inicial de professores: a recepção da Lei 10.639/03.	OLIVEIRA, Míria Gomes de; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da.	- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil. - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil	Educação e Realidade/ Porto Alegre- RS.
06	2017	Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social.	ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHES, Livia Pizauro.	Universidade de São Paulo, SP, Brasil.	Pro-Posições/ Campinas – SP.
07	2018	As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03: percursos de formação para o trato com a diferença?	COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía.	Universidade Federal do Pará/ Belém, PA.	Educação em Revista/ Belo Horizonte, MG.
08	2018	A Lei nº 10.639/03 e o epistemicídio: relações e embates.	SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane	-Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), São Carlos/SP. -Universidade do Sagrado	Educação e Realidade/ Porto Alegre- RS.

			Aparecida Toledo; CHIRINEA, Andréia Melanda.	Coração (USC), Bauru/SP. - Fundação Educacional Municipal de Ibitinga (FEMIB), Ibitinga/SP.	
09	2019	O processo de institucionalização da Lei Nº. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	FONSECA, Marcus Vinícius; ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da.	Universidade Federal de Ouro Preto, MG, Brasil.	Educação em Revista/ Belo Horizonte-MG.
10	2019	Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de Educação Física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE.	PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; GOMES, Daniel Pinto; CARMO, Klertianny Teixeira do; SILVA, Eduard o Vinicius Mota e.	-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). -Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.	Revista Brasileira de Ciência do Esporte/ Campinas – SP.
11	2020	Saberes encruzilhados: (de) colonialidade, racismo epistêmico e ensino de Filosofia.	REIS, Diego dos Santos.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Educar em Revista/ Curitiba- PR.
12	2021	Das ruas para os currículos: precursores sociais e jurídicos das Leis 10.639/03 e 11.645/08.	SÁ, Ana Paula dos Santos de.	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).	Educação em Revista/ Belo Horizonte, MG.
13	2021	Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos: a Lei	PEREIRA, Amilcar Araujo; SILVA, Jessika	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Educar em Revista/ Curitiba-PR.

		10.639/03 e os National History Standards.	Rezende Souza da.		
14	2021	Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas.	MATTOS, Ivanilde Guedes de; - MONTEIRO, Pamela Tavares.	- Universidade do Estado da Bahia, Salvador (UFBA). - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (UFES).	Revista Brasileira de Ciências do Esporte/ Campinas-SP.
15	2021	Formação de professores de Inglês para abordagem de questões étnico-raciais: práticas planejadas e práticas manifestas.	SANTOS, Joelma Silva.	Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-UNICAMP).	Trabalhos em Linguística Aplicada/ Campinas- SP.
16	2022	Os livros de Filosofia do PNLD/2018 e a lei 10.639/03: reflexões sobre a diversidade étnico-racial no material didático de Filosofia no Ensino Médio.	FERREIRA, Soraia Aparecida Belton; FERREIRA, Amauri Carlos.	-Faculdade UNIMED, Belo Horizonte, MG, Brasil. -Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS).	Pro-Posições/ Campinas – SP.

Fonte: organização dos autores, a partir de coleta realizada na plataforma Scielo no 1º semestre de 2022.

Entre os artigos científicos pesquisados quatorze fazem parte de área do conhecimento em Ciências Humanas, em suma nas áreas de Educação, Letras, História, Sociologia e Filosofia, e apenas dois fazem parte das Ciências Biológicas ou da Saúde, em especial envolvendo a disciplina de Educação Física na vertente de ensino.

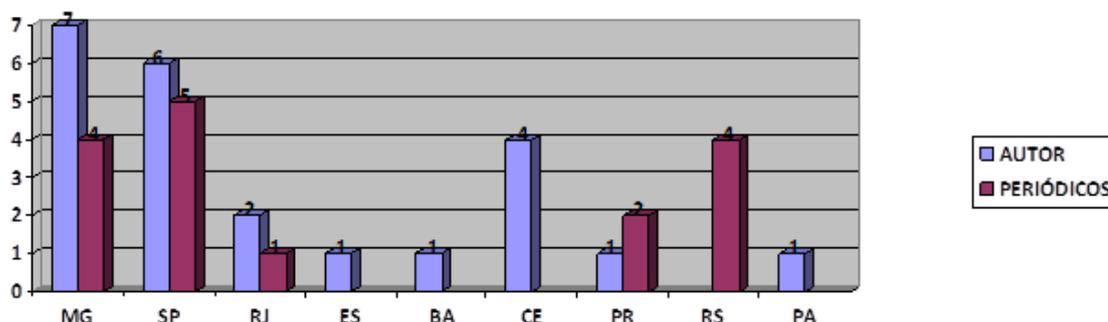
Os dados coletados evidenciam 16 artigos científicos pesquisados com o verbete “lei 10.639/03”, correlacionados com a prática pedagógica da Educação Básica, sendo seis artigos (37,5% - trinta e sete vírgula cinco por cento) correlacionados ao ensino nas disciplinas de Educação Física (dois), História, Filosofia, Sociologia e Educação Profissional; quatro artigos (25% - vinte e cinco por cento) discutindo a implementação na prática considerando fontes bibliográficas, discussão jurídica/legal e um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos em relação à temática de ensino de africanidades; três artigos (19% - dezenove por cento) considerando a formação inicial de professores nos cursos de História, Letras Português e Letras

Inglês para materialidade da lei na prática docente; e dois artigos (12,5% - doze vírgula cinco por cento) considerando o livro didático, um de História e um de Filosofia no que tangencia a implementação da lei na prática cotidiana de ensino.

O universo de artigos emergentes conjuga 23 autores, devido à autoria compartilhada; tem vinculação de autoria de oito estados brasileiros, dos vinte e seis que compõem o território nacional e mais o distrito federal (vinte e sete), sendo que ao considerar as cinco regiões brasileiras estão distribuídos em quatro delas, pois não temos nenhuma autoria da região centro-oeste. No gráfico 2 será possível compreender o detalhamento de distribuição.

Ao considerar o periódico de publicização estas estão situadas em quatro estados federativos apenas, e em duas regiões: dez (62,5% - sessenta e dois vírgula cinco por cento) na região sudeste e seis (37,5% - trinta e sete vírgula cinco por cento) na região sul, sendo dois (12,5% - doze vírgula cinco por cento) dos periódicos no Estado do Paraná com apenas um autor, o que referenda a incipiência da discussão no lócus em que nos situamos como pesquisadores.

Gráfico 2 – Distribuição de autoria e periódicos dos artigos por unidade federativa



Fonte: organização dos autores, a partir da coleta de dados no 1º semestre de 2022.

Entre as pesquisas presentes nos artigos científicos pesquisados, observa-se que todas buscam a aplicabilidade da lei 10.639/03 na Educação Básica, debatendo a prática pedagógica em aspectos teóricos e legais, nas diferentes áreas do conhecimento, como ação educativa transversal, ou discutindo a formação inicial de professores para dar conta da materialidade da lei, que embora obrigatória tem se consolidado de modo lento e gradual no Brasil, como atestam as pesquisas e os artigos levantados. Na seara emergente não encontramos artigos publicizados

no Scielo com enfoque na formação continuada de professores, o que desperta nossa atenção e leva a ponderar se não tomaremos essa trilha para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

Ancorados por Silva e Duarte (2018) quando tangência acerca da necessidade de criar condições de implementação da lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), consideramos a importância de pesquisas no campo da formação continuada de professores da Educação Básica como uma seara fértil a ser explorada. Nessa direção, o estudo de Eugenio e Santana (2018) é profícuo, pois situa-se neste campo, e, apresenta o uso de círculos concêntricos e do teatro como ferramenta, espaço de formação, troca de saberes e práticas pelos professores da Secretaria Municipal de Vitória da Conquista-BA, no que diz respeito história e cultura da África e dos afro-brasileiros, às relações étnico-raciais e os processos ensino-aprendizagem neste bojo.

Considerações Finais

Com a promulgação da lei 10.639/03 pelo governo federal brasileiro na Educação Básica, considerando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, encontramos algumas dificuldades de implantação nas escolas públicas e privadas. Na maioria das vezes a prática pedagógica ignora tal assunto, devido ao pré-conceito estabelecido, o racismo velado, o mito da igualdade, ou devido a nossa história ser colonialista, e para que se evidencie esse ensino considerando africanidades e afrodescendência são precisos passos para a descolonialidade da história.

O estudo realizado não finaliza a investigação neste campo. Por tratar-se de uma análise que possui enfoque na plataforma Scielo entre os anos 2008 e 2022, apenas abre caminhos para posteriores pesquisas e para compor base referencial da pesquisa de mestrado em andamento. Com a análise concretizada neste artigo, verificou-se que os estudos realizados sobre a lei 10.639/03 ainda são esparsos dentro da base de dados Scielo. É importante salientar que cada disciplina da Educação Básica e área do conhecimento possui contribuições acerca desse conteúdo, levando em conta suas especificidades, sendo necessário um aprofundamento acerca das particularidades de cada uma delas.

Reiteramos que nosso interesse é compreender a abordagem da lei 10.639/03 na prática pedagógica para delinear nosso foco de pesquisa, o qual encontra-se em construção e teve no presente estudo exploratório de análise documental o início da jornada que será forjada no caminhar. Mas que para o momento reflete acerca da necessidade de estudos com foco na

formação continuada de professores para de fato implementar a lei 10.639/03 na Educação Básica.

Referências

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BRASIL. Lei Federal nº. 10.639, de 09/01/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil**. Brasília: Gráfica do senado, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº. 10.645, de 10/03/2008. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo da Rede de Ensino no Brasil**. Brasília: Gráfica do senado, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. 5. ed. Brasília-DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2010.

EUGENIO, Benedito G.; SANTANA, Fabiana. Relações étnico-raciais e o trabalho com a Lei 10.639/03: análise de uma experiência com formação docente. *In: Ensino & Pesquisa*. União da Vitória-PR, v.16, n. 1, jan./mar. 2018, p. 58-73.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOVAK, Éder da Silva; MENDES, Luís César Castrillon. **Aproximando universidade e escola**: ensino de histórias e culturas indígenas. Jundiaí -SP: Paco editorial, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Fernanda Zanão dos; UJIIE, Nájela Tavares. **A contemplação da Lei 11.645/08 no âmbito da escola pública paranaense**: nuances e arquitetura de um processo educacional. Curitiba-PR: SEED/PDE, 2012.

SCHLEUMER, Fabiana. A África e o ensino de História da África: desafios e contribuições. In: ZYCH, Anizia Costa et.al. (Orgs.) **Diversidade no Ensino**. Guarapuava: Unicentro, 2011, p. 141-154.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires; DUARTE, Angelina. Um longo caminho: a aprovação da lei 10.639/03 como fruto da luta do movimento social negro pelo direito à educação (1889-2003). In: **Ensino & Pesquisa**. União da Vitória, v.16, n.3, jul./set. 2018, p. 114-138.

SOUZA, Maria Elena Viana. Educação etnicorracial brasileira: uma forma de educar para a cidadania. In: MIRANDA, Claudia; LINS, Mônica Regina Ferreira; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Relações etnicorraciais na escola**: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a lei n. 10.639. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2012, p. 119-155.

UJIE, Nájela Tavares et al. Tipos de pesquisa em Educação e Ensino: algumas ancoragens metodológicas e nuances. In: PAGANINI-SILVA, Eliana; CAMARGO-SILVA, Sandra Salete. (Orgs.) **Metodologia da pesquisa científica em Educação**: dos desafios emergentes a resultados iminentes. 1. ed. Curitiba-PR: Íthala, 2016, p. 42-55.